

A visão estratégica

ZANCAN, Fernando Luiz; SOUTO, Levi. “A visão estratégica”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.

O setor elétrico brasileiro conta com intercâmbios internacionais de energia por meio das conexões a) Argentina: conversoras de frequência 50/60 Hz de Garabi (2 x 1.050 MW) e Uruguaina (50 MW); b) Uruguai: conversoras de frequência 50/60 Hz de Rivera (70 MW) e Melo (500 MW); c) Venezuela: linha de transmissão 230/440 kV entre Boa Vista e Macagua (200 MW) e d) Paraguai: conversora de Itaipu (7.000 MW). A importação de energia com a Venezuela e Paraguai se dá de forma contínua, uma, para abastecer o sistema isolado de Boa Vista, não havendo, portanto, alternativa de suprimento até que essa região esteja interligada ao SIN, e, a outra, pela importação da energia hidrelétrica de Itaipu referente a parcela do Paraguai.

Já a importação por meio da Argentina e Uruguai, é esporádica e pode ser de duas formas: (i) um crédito de energia entre os países para ser compensando futuramente ou, (ii) pela compra da energia por um país. Ambos mecanismos são bastante utilizados entre os países vizinhos do sul e o Brasil. Ocorre que, nos últimos anos, especialmente 2017 e 2018, a importação de energia pelo Brasil por meio da compra, aumentou muito. Em 2018, o Brasil importou 1.131 GWh da Argentina e Uruguai, sendo que, 866 GWh foram fornecidos pelo Uruguai, esse valor é equivalente a aproximadamente 100 MW médios.

Esse aumento foi ocasionado pelas baixas chuvas que levaram a queda dos níveis dos reservatórios ao longo dos anos.

Tomando o caso do Uruguai como base, por representar o maior volume de importação, o preço médio ponderado da compra de energia pelo Brasil em 2018, foi de 399 R\$/MWh. É importante ressaltar também que não parece haver correlação entre o PLD no Brasil e o preço cobrado pelo Uruguai; no primeiro semestre de 2018, quando o PLD era baixo e teve um preço médio de 267 R\$/MWh, o preço médio da energia importada foi de R\$ 377/MWh, ou seja, 40% mais caro. Ocorre que no Sul foram desativados 521 MW de geração térmica a carvão nos últimos 3 anos. Alternativamente, caso o Governo tivesse iniciado o Programa de Modernização do Parque Termelétrico a Carvão (“Plano de Modernização”) com a implantação de UTEs modernas e eficientes no Sul, região notadamente com vocação para a fonte a economia para consumidor seria de mais de R\$ 260 milhões somente em 2018, considerando uma UTE com custo variável de 100 R\$/MWh.

Esse plano de modernização foi proposto desde 2011 pela Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM, foi aprovado no Congresso Brasileiro em 2016 e vetado por pressão ambientalista. Com uma visão estratégica do Governo traria, além da manutenção da indústria carbonífera nacional que emprega mais de 53 mil pessoas na cadeia produtiva, também garantiria geração de base competitiva, diminuindo a conta de energia do consumidor e reduzindo a emissão de gases de efeito estufa da matriz elétrica brasileira com a substituição gradativa de UTEs a carvão antigas por usinas de última geração e alta eficiência. A pergunta que fica, como será escrito o PDE 2028, quantos MW de térmica a carvão terá no Sul, visto que, em abril de 2027,

termina a CDE para o carvão e as plantas térmicas incluindo Candiota III que tem o reembolso do combustível ficam com desequilíbrio financeiro? Esperamos que o atual governo, veja a importância da geração de base, utilizando todas as fontes, precificando seus atributos, valorizando aquelas que são importantes para a modicidade tarifária, para segurança energética e para a geração de empregos no Brasil.

Fernando Luiz Zancan é presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral e Levi Souto é engenheiro